

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CAGE Nº 04, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013.**

Dispõe sobre procedimentos contábeis para o registro das contribuições e transferências financeiras devidas ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul - RPPS/RS - e ao Fundo de Assistência à Saúde - FAS/RS, e dá outras providências.

**O CONTADOR E AUDITOR-GERAL DO ESTADO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso VII, da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), e

**considerando** o disposto no inciso XXVII do art. 2º da [Lei Complementar nº 13.451, de 26 de abril de 2010](#), que inclui, dentre as funções institucionais da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE -, a normatização e padronização, e ou revisão dos procedimentos relativos à contabilidade;

**considerando** o disposto nos itens 18 a 25 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica nº 16.5, que dispõe sobre Registro Contábil, aprovada pela Resolução nº 1.132/08 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC;

**considerando** os Procedimentos Contábeis Específicos estabelecidos na Parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP -, aprovado pela Portaria nº 437, de 12 de julho de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN -, em especial os contidos no Tópico 03.04.00 - Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);

**considerando** que o art. 7º da Portaria supracitada dispõe que a Parte III do MCASP deve ser adotada pelos entes da Federação em 2013; e

**considerando** o disposto no art. 1º do [Decreto Estadual nº 48.344, de 6 de setembro de 2011](#), que determina aos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta da Administração Pública do Estado a adoção dos critérios e procedimentos contábeis previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo CFC, e no MCASP, editado pela STN;

**EXPEDE** a seguinte Instrução Normativa:

**Capítulo I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** -Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos contábeis a serem adotados no âmbito do Setor Governamental do Estado, a partir do exercício de 2014, relativos ao registro:

**I** -das contribuições e respectivos encargos devidos ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul - RPPS/RS, abrangendo os planos de repartição simples e de capitalização, e ao Fundo de Assistência à Saúde - FAS/RS;

**II** -das transferências financeiras devidas ao RPPS/RS; e

**III** -das compensações financeiras entre regimes previdenciários.

**Art. 2º** -Os lançamentos contábeis referentes à execução orçamentária e financeira, e ao controle da disponibilidade de recursos das operações tratadas nesta Instrução Normativa serão realizados de modo automático no Sistema Finanças Públicas do Estado - Sistema FPE -, a partir de critérios informados pela Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE -, em consonância com as regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

**Art. 3º** -As contribuições patronais e dos agentes públicos, os eventuais encargos e as compensações financeiras entre regimes previdenciários serão contabilmente reconhecidas no mês da ocorrência do seu fato gerador, independentemente do momento da execução orçamentária.

**§ 1º** -A inscrição de crédito no Ativo Circulante ou de obrigação no Passivo Circulante, decorrente da aplicação do disposto no caput, será efetuada em conta com atributo Financeiro ou Permanente, em conformidade com a classificação estabelecida no art. 105 da [Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

**§ 2º** -O recebimento de crédito ou pagamento de obrigação cuja correspondente execução orçamentária esteja pendente será objeto de registro em conta representativa de depósito ou de responsável, respectivamente, distinta das referidas no

parágrafo anterior.

## **Capítulo II**

### **DAS CONTRIBUIÇÕES**

**Art. 4º** -No ente contribuinte, as obrigações patronais devidas ao RPPS/RS e ao FAS/RS serão reconhecidas de modo automático no Sistema Finanças Públicas do Estado - Sistema FPE - como Variação Patrimonial Diminutiva, grupo Pessoal e Encargos, por ocasião da liquidação da respectiva despesa orçamentária.

**§ 1º** -A unidade de contabilidade deverá reconhecer diretamente a contribuição patronal, no mês da ocorrência do seu fato gerador, quando, no referido período:

**I** -a despesa não houver sido objeto de empenho, caso em que o lançamento a crédito será efetuado em conta com atributo Permanente do Passivo Circulante, subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo; ou

**II** -a despesa previamente empenhada não houver sido liquidada, caso em que o lançamento a crédito será efetuado em conta com atributo Financeiro do Passivo Circulante, subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

**§ 2º** -A obrigação inscrita conforme indicado no inciso I do parágrafo anterior deverá ser transferida para a conta similar com atributo Financeiro, no mês em que for efetuado o seu empenho, sem que tenha havido a correspondente liquidação da despesa.

**§ 3º** -A obrigação reconhecida diretamente pela unidade de contabilidade deverá ser revertida à conta de Variação Patrimonial Diminutiva, à medida que for efetuada a liquidação da respectiva despesa orçamentária.

**Art. 5º** -No ente gestor do RPPS/RS e do FAS/RS, as contribuições patronais e do agente público arrecadadas serão reconhecidas de modo automático no Sistema FPE como Variação Patrimonial Aumentativa, por ocasião do registro da respectiva transação de receita orçamentária.

**§ 1º** -A unidade de contabilidade providenciará diretamente o registro contábil do montante do crédito que não houver sido arrecadado no correspondente período de competência, mediante lançamento:

**a)** a débito de Ativo Circulante, subgrupo Créditos a Curto Prazo, em conta com atributo Permanente; e

**b)** a crédito de Variação Patrimonial Aumentativa, grupo Contribuições.

**§ 2º** -O lançamento contábil previsto no parágrafo anterior deverá ser estornado, à medida que for arrecadado o crédito e registrada a respectiva receita orçamentária.

## **Capítulo III**

### **DOS ENCARGOS DEVIDOS POR RECOLHIMENTO FORA DO PRAZO**

**Art. 6º** -No ente contribuinte, os juros, a multa e a atualização monetária incidentes sobre a contribuição não recolhida ou recolhida fora do prazo serão reconhecidos de modo automático no Sistema FPE como Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras, por ocasião da liquidação da respectiva despesa orçamentária.

**§ 1º** -A unidade de contabilidade deverá reconhecer diretamente os encargos, no mês da ocorrência do seu fato gerador, quando, no referido período:

**I** -a despesa não houver sido objeto de empenho, caso em que o lançamento a crédito será efetuado em conta com atributo Permanente do Passivo Circulante, subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo; ou

**II** -a despesa previamente empenhada não houver sido liquidada, caso em que o lançamento a crédito será efetuado em conta com atributo Financeiro do Passivo Circulante, subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

**§ 2º** -A obrigação inscrita conforme indicado no inciso I do parágrafo anterior deverá ser transferida para a conta similar com atributo Financeiro, no mês em que for efetuado o seu empenho, sem que tenha havido a correspondente liquidação da despesa.

**§ 3º** -A obrigação reconhecida diretamente pela unidade de contabilidade deverá ser revertida à conta de Variação

Patrimonial Diminutiva, à medida que for efetuada a liquidação da respectiva despesa orçamentária.

**Art. 7º** -No ente gestor do RPPS/RS e do FAS/RS, os encargos arrecadados serão reconhecidos de modo automático no Sistema FPE como Variação Patrimonial Aumentativa, por ocasião do registro da respectiva transação de receita orçamentária.

**§ 1º** -A unidade de contabilidade providenciará diretamente o registro contábil do montante do crédito que não houver sido arrecadado no correspondente período de competência, mediante lançamento:

**a)** a débito de Ativo Circulante, subgrupo Créditos a Curto Prazo, em conta com atributo Permanente; e

**b)** a crédito de Variação Patrimonial Aumentativa, grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

**§ 2º** -O lançamento contábil previsto no parágrafo anterior deverá ser estornado, à medida que for arrecadado o crédito e registrada a respectiva receita orçamentária.

#### **Capítulo IV**

##### **DO APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICE FINANCEIRO**

**Art. 8º** -A transferência de recursos destinada à cobertura do déficit financeiro do RPPS/RS será contabilizada de modo automático no Sistema FPE, a partir do registro da respectiva transação de transferência de numerário, em conta de:

**I** -Variação Patrimonial Diminutiva, grupo Transferências e Delegações Concedidas, no Estado; e

**II** -Variação Patrimonial Aumentativa, grupo Transferências e Delegações Recebidas, no ente gestor do RPPS/RS.

#### **Capítulo V**

##### **DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS**

###### **Seção I**

###### **Da compensação devida ao RPPS/RS**

**Art. 9º** -No ente gestor do RPPS/RS, a compensação financeira arrecadada será reconhecida de modo automático no Sistema FPE como Variação Patrimonial Aumentativa, por ocasião do registro da respectiva transação de receita orçamentária.

**§ 1º** -A unidade de contabilidade providenciará diretamente o registro contábil do montante do crédito que não houver sido arrecadado no correspondente período de competência, mediante lançamento:

**a)** a débito de Ativo Circulante, subgrupo Créditos a Curto Prazo, em conta com atributo Permanente; e

**b)** a crédito de Variação Patrimonial Aumentativa, grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

**§ 2º** -O lançamento contábil previsto no parágrafo anterior deverá ser estornado, à medida que for arrecadado o crédito e registrada a respectiva receita orçamentária.

###### **Seção II**

###### **Da compensação devida ao Regime Geral de Previdência Social**

**Art. 10** -No ente gestor do RPPS/RS, a compensação financeira devida ao Regime Geral de Previdência Social será reconhecida de modo automático no Sistema FPE como Variação Patrimonial Diminutiva, grupo Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, por ocasião da liquidação da respectiva despesa orçamentária.

**§ 1º** -A unidade de contabilidade deverá reconhecer diretamente a obrigação, no mês da ocorrência do seu fato gerador, quando, no referido período:

**I** -a despesa não houver sido objeto de empenho, caso em que o lançamento a crédito será efetuado em conta com atributo Permanente do Passivo Circulante, subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo; ou

**II** -a despesa previamente empenhada não houver sido liquidada, caso em que o lançamento a crédito será efetuado em conta com atributo Financeiro do Passivo Circulante, subgrupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

**§ 2º** -A obrigação inscrita conforme indicado no inciso I do parágrafo anterior deverá ser transferida para a conta

similar com atributo Financeiro, no mês em que for efetuado o seu empenho, sem que tenha havido a correspondente liquidação da despesa.

**§ 3º** -A obrigação reconhecida diretamente pela unidade de contabilidade deverá ser revertida à conta de Variação Patrimonial Diminutiva, à medida que for efetuada a liquidação da respectiva despesa orçamentária.

## **Capítulo VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 11** -Os lançamentos contábeis automatizados previstos no caput dos artigos 4º e 5º serão aplicados à transferência de recursos destinada à cobertura do déficit financeiro do RPPS/RS, sobrestando-se o disposto no art. 8º, até que a lei de orçamento anual deixe de conferir tratamento orçamentário a esta operação.

**Art. 12** -A CAGE disponibilizará, no endereço eletrônico <http://www.sefaz.rs.gov.br/Cage/Servicos.aspx>, um guia de lançamentos contábeis para o registro das operações mencionadas nesta Instrução Normativa.

**Art. 13** -Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**DOE de 07/11/2013**

**Luiz Paulo de Freitas Pinto,**

Contador e Auditor-Geral do Estado.